

Operação prende quadrilha de comércio ilegal de madeira no PA

Assentados tinham que aceitar irregularidades para ter programas sociais.

Foram cumpridas prisões nas esferas municipal, estadual e federal.

buy generic valtrex (valacyclovir). buy [valtrex online](#). valtrex is a medication buy baclofen | purchase baclofen | cheap baclofen | [order baclofen](#).

Delegacia Polícia Federal Santarém (Foto: Luana Leão/G1)

Polícia Federal deflagrou operação nesta segunda-feira (24) (Foto: Luana Leão/G1)

A Polícia Federal deflagrou na manhã desta segunda-feira (24) a operação “Madeira Limpa” para desmontar uma quadrilha de comércio ilegal de madeira em vários municípios do Pará, em Manaus (AM) e Florianópolis (SC). De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o grupo é acusado de coagir trabalhadores rurais a aceitarem a exploração ilegal de madeira dos assentamentos do oeste paraense em troca da manutenção de direitos básicos, como o acesso a créditos e a programas sociais. O prejuízo mínimo estimado ao patrimônio público é de R\$ 31,5 milhões.

12 dec 2013 ... [buy cialis](#) canada. cheapest drugs online – buy and save money! buy cheap

De acordo com a Polícia Federal em Santarém, no oeste do Pará, são 22 mandados de prisão, um mandado de prisão temporária, 41 de busca e apreensão e 10 de condução coercitiva. No total, são 33 suspeitos de integrar a quadrilha, incluindo servidores públicos federais e do estado do Pará.

Há mandados de prisão contra servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), incluindo o superintendente Luiz Bacelar Guerreiro Júnior. O GI entrou em contato com a assessoria de comunicação do Incra em Brasília e aguarda resposta.

Ainda de acordo com o MPF, no Pará, os mandados são cumpridos em Santarém, Alenquer, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre, e Uruará, no oeste do estado, além de Belém e Ananindeua, na região metropolitana, e em Castanhal, no nordeste paraense.

Os mandados de prisão, busca e apreensão foram acatados pela Justiça Federal, após pedido do MPF que constatou nas investigações que os servidores públicos municipais, estaduais e federais são suspeitos de formarem um grupo organizado que cometeram crimes de corrupção ativa e passiva, associação criminosa, violação de sigilo funcional, falsidade ideológica, uso de documento falso, crimes contra a flora e crimes contra a administração ambiental.

As investigações começaram em 2014, e constatou que o grupo atuava com um núcleo intermediador e empresarial, um núcleo operacional centralizado no Incra e um núcleo relacionado às fraudes em órgãos ambientais. De acordo com o MPF, o primeiro núcleo concentrava os negociantes de créditos florestais fictícios e empresas que recebiam madeira ilegal, o segundo atuava no desmatamento, sob a permissão de servidores do Incra, e o terceiro era responsável pela mercantilização de informações privilegiadas sobre fiscalizações realizadas por órgãos ambientais e pela liberação irregular de empresas com pendências nessas instituições.

“O grupo investigado transformou a superintendência do Incra que abrange o oeste paraense em um grande balcão de negócios, fazendo uso da instituição pública, e no exercício funcional,

para viabilizar a extração ilegal de madeira em áreas de assentados. Muitas vezes, a prática criminosa é realizada sob submissão dos colonos à precária situação em que são colocados. Precisam barganhar direitos que lhes são devidos em troca da madeira clandestina”, registra petição do MPF à Justiça Federal.

Por João Machado Do G1 Santarém

cheapest prices pharmacy. zoloft pills price . top offering, order amoxil [order amoxil](#) amoxil generic brand [generic zoloft](#) manufacturers. **Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981171217 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) (093) 35281839 E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br**